

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 2 de dezembro de 2025 • Nº 2192 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Proteção em tempo de clique

PÁGINA 6

HABILITAÇÃO

Contran acaba com exigência de autoescola para tirar CNH

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou, ontem, a resolução que muda o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A principal mudança é o fim da obrigatoriedade de frequentar aulas de autoescola na preparação para os exames teórico e prático dos departamentos de Trânsito (Detrans). Com isso, o custo para tirar o documento, que hoje chega a R\$ 5 mil, poderá cair em 80%. Após passar por consulta pública, o texto proposto pelo Ministério dos Transportes foi aprovado por unanimidade pelo Contran e entrará em vigor assim que for publicada no Diário Oficial da União. **PÁGINA 7**

ALIADO DE BOLSONARO

CGU demite ‘ex-Receita’ que atuou no caso de joias sauditas



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

O *Diário Oficial da União (DOU)* publicou ontem a demissão do ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes (**foto**) do serviço público. A motivação não foi informada oficialmente. A demissão ocorreu após a Controladoria-Geral da União (CGU) encerrar um processo disciplinar aberto contra o ex-secretário, que ficou conhecido pelo envolvimento na tentativa de liberação das joias sauditas recebidas pelo então presidente Jair Bolsonaro em viagens internacionais. **PÁGINA 6**

MOVIMENTOS SOCIAIS

Rio sedia 1ª Cúpula Popular do Brics para debater Sul Global

Começou ontem, no Armazém da Utopia, no centro do Rio de Janeiro, a 1ª Cúpula Popular do Brics, evento criado para integrar movimentos sociais ao bloco, composto por 11 países do mercado emergente. O objetivo é articular a participação da sociedade civil na elaboração de propostas voltadas à cooperação do Sul Global. Durante o encontro se-

rão debatidos temas como a cooperação econômica e o multilateralismo, a construção da multipolaridade, a reconfiguração da geopolítica mundial, os desafios da governança global, o próprio papel do Brics e a redução da dependência dos países emergentes ao dólar americano nas transações internacionais e formação de reservas financeiras. **PÁGINA 4**

FAZENDA

JEFFERSON RUDY/AGENCIA SENADO



1% mais rico detém 37,3% de toda a riqueza brasileira

Segundo o Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda, os 1% mais ricos do Brasil detiveram 37,3% da riqueza aferida pelas declarações de Imposto de Renda de 2023. Quando os dados são cruzados com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC), o estudo aponta que as mulheres negras têm a pior renda anual média do País. Segundo a subsecretária de política fiscal da SPE, Débora Freire (**foto**), é preciso seguir avançando na agenda do governo de cortar benefícios tributários para diminuir a desigualdade. "Sabemos de toda a questão dos benefícios tributários, do crescimento desses benefícios, do tamanho que isso se tornou", afirmou. **PÁGINA 2**

GOLPISTA DOENTINHO

Moraes manda Heleno passar por perícia médica em 15 dias



ALULA MARQUES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Augusto Heleno (**foto**) passe por uma perícia médica. O trabalho deverá ser realizado por peritos da Polícia Federal (PF), em 15 dias. Condenado a 21 anos de prisão na ação penal da trama golpista, Heleno está preso desde 25 de novembro, quando iniciou o cumprimento da pena. Ele está custodiado em uma sala do Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 0,58% / 159.273,02 / 913,26 / Volume: 26.905.368.193 / Negócios: 4.101.152										Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,36% (out.)	EURO turismo					
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,09% (out.)	Compra: 6,2554	Venda: 6,4354			
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.												
GOLL54	5,16	-0,77	-0,04	OIBR3	0,27	+42,11	+0,08	REAG3	1,120	-20,00	-0,280	Dow Jones	47.716,42	+0,61	S&P 500	6.849,09	+0,54	CDI	(05/11)	15%	14,90%	DÓLAR Ptax - BC	
OIBR3	0,27	+42,11	+0,08	CTKA3	42,50	+25,00	+8,50	OBTCT3	10,380	-6,65	-0,740	NASDAQ Composite	23.365,685	+0,65	TR	(28/11)	0,1741%	OURO	BM&F/gramas/RJ	R\$ 730,07		Compra: 5,3338	-0,28%
PETR4	31,79	-1,88	-0,61	AZTE3	0,470	+23,68	+0,090	ASAI3	9,450	-6,06	-0,610	Nasdaq 100	25.434,889	+0,78	Poupança	(28/11)	0,6750%	EURO Comercial			Compra: 5,3345	Venda: 5,3351	
ITSA4	12,33	+2,49	+0,30	MRSA5B	35,40	+17,96	+5,39	HAPV3	14,10	-6,00	-0,90	Euronext 100	1.704,49	+0,29							Compra: 5,3396	Venda: 5,5396	
VALE3	67,40	+1,61	+1,07	CED03	14,00	+16,67	+2,00	BOBR4	1,20	-5,51	-0,07	CAC 40	8.122,71	+0,29									

MERCADOS

Bolsa inicia dezembro em baixa de 0,29%, aos 158,6 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após ter encerrado novembro da exata forma como havia fechado outubro, em máximas históricas em ambos os meses, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) inicia dezembro acumulando ganho perto de 32% no ano, por enquanto a caminho de seu melhor desempenho desde 2016, quando escalou quase 39% (38,94%). Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 158.029,48 até os 159.223,92 pontos, saindo de abertura aos 159.073,46 pontos. Ao fim, marcava 158.611,01 pontos, em baixa de 0,29%, com giro a R\$ 22,0 bilhões. No ano, até aqui, o

índice avança 31,86%. Na B3, o desempenho negativo do setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa, impôs-se aos carros-chefes das commodities, Vale (ON +0,77%) e Petrobras (ON +0,63%, PN +0,19%), favorecidos hoje pelo avanço do minério, na China, e do petróleo, em alta acima de 1%, em Londres e Nova York. Na ponta ganhadora do índice no fechamento, Eneva (+3,42%), WEG (+2,10%) e BB Seguridade (+1,47%). No lado oposto, MBRF (-5,02%), C&A (-4,28%) e CVC (-3,72%). Entre os bancos, as perdas ficaram entre 0,61% (BTG Unit) e 1,53% (Bradesco PN, na mínima do dia no fechamento).

Dólar sobe e fecha perto de R\$ 5,36 com pressão de remessas

ANTONIO PEREZ/AE

Depois de oscilações contidas pela manhã, o dólar ganhou força ao longo da tarde e encerrou ontem, em alta de 0,46%, a R\$ 5,3593, após máxima a R\$ 5,3613. Operadores atribuíram o tropeço do real a um aumento da procura pela moeda americana no mercado local para envio de recursos ao exterior, como lucros e dividendos.

O diretor da Tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, avalia que, passada a rolagem de contratos futuros na virada do mês, já se verifica uma demanda maior por "dólar spot" para as remessas de fim de ano. "Prova disso é a abertura do cupom cambial curto. Essa pressão deve durar o mês todo, mas não vejo uma alta muito grande do dólar", afirma o tesoureiro, ressaltando que o Banco Central tende a intervir.

BC/Focus

Mercado reduz previsão da inflação para 4,43% este ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 4,45% para 4,43% este ano. A estimativa foi publicada no boletim Focus de ontem, divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,18% para 4,17%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente. Pela terceira semana seguida, a previsão foi reduzida, após a divulgação do resultado da inflação de outubro, a menor para o mês em quase 30 anos. Com isso, a estimativa alcançou o intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. A redução na conta de luz puxou a inflação oficial para baixo e fez o IPCA fechar outu-

bro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Em setembro, o índice havia marcado 0,48%. Em outubro de 2024, a variação havia sido de 0,56%. Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,68%, a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. No entanto, ainda acima do teto da meta do CMN.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O recuo da inflação e a desaceleração da economia levaram à manutenção da Selic pela terceira vez seguida, na última reunião, no mês passado. No entanto, o colegiado não descarta a possibilidade de voltar a elevar os juros "caso julgue apropriado". Em nota, o BC informou que o ambiente externo se mantém incerto por causa da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais.

FAZENDA

1% mais rico detém 37,3% de toda a riqueza brasileira

MATEUS MAIA/AE

Segundo o Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, divulgado ontem de dezembro, pelo Ministério da Fazenda, os 1% mais ricos do Brasil detiveram 37,3% da riqueza aferida pelas declarações de Imposto de Renda de 2023. Quando os dados são cruzados com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC), o estudo aponta que as mulheres negras têm a pior renda anual média do País. O relatório afirma que os 10% mais ricos do Brasil concentram 64,2% da renda declarada em 2023, sendo que mais da metade desse volume está com o 1% mais abastado. Enquanto a renda aumenta, a alíquota efetiva paga pelos declarantes cai. De acordo com o estudo da Secretaria de Política Econômica (SPE), o máximo pago de alíquota média foi de 12%, perto dos 93% mais ricos. A partir daí, a taxa média cai até chegar em 4,6% para o 0,01% mais rico. A SPE também analisou a composição da renda isenta de IR em 2023 Segundo o estudo, 34,9% dessa renda foi de lucros e dividendos, seguido por 18,7% de "outros rendimentos isentos". Papéis isentos como Letras de Crédito Rural e Imobiliário entram na rubrica "rendimentos de caderneta de poupança", que representou 5,7% da renda isenta naquele ano.

ORÇAMENTO

Secretário defende tirar o foco da regra fiscal e concentrar na causa

EDUARDO LAGUNA/AE

O secretário executivo do ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, defendeu ontem de dezembro, que o debate sobre as contas públicas seja mais dedicado a resolver as dificuldades do arcabouço fiscal, caso do Orçamento engessado por despesas obrigatórias, do que em mudanças da regra fiscal em si. "Vamos tirar o foco em rediscutir a regra fiscal ... Porque a regra fiscal só vai ser cumprida se houver condições de ser cumprida. Então, vamos agir na causa, não na consequência", comentou o secretário, durante



Segundo a subsecretária de política fiscal da SPE, Débora Freire (foto), é preciso seguir avançando na agenda do governo de cortar benefícios tributários para diminuir a desigualdade. "Sabemos de toda a questão dos benefícios tributários, do crescimento desses benefícios, do tamanho que isso se tornou e da fragilidade da governança que a gente tem hoje com os benefícios fiscais. Essa agenda do corte de benefícios tributários que está aí ainda em discussão e que é importantís-

sim a que ela avance", afirmou.

RAÇA E GÊNERO

O governo também usou estimativas da PNADC para estudar a renda brasileira para além de quem declara Imposto de Renda. Nesse recorte, a análise mostra que as mulheres negras têm a pior média anual de renda, perto dos R\$ 20 mil. A média brasileira ficou perto de R\$ 40 mil. Os homens negros também estão abaixo da média, enquanto as mulheres brancas ficam próximas da média. Os

homens brancos estão bem acima do número médio, passando dos R\$ 60 mil de renda média anual. A participação das mulheres negras na renda total dos brasileiros é maior nos 10% mais pobres, quando elas representam 39,8% da riqueza nesse extrato da sociedade. Quando se olha para os 10% mais ricos, a participação delas cai para 9,4%. No recorte dos mais ricos, os homens brancos representam, por sua vez, 42,2%. Na base mais pobre, eles são 10,3%.

BNDES

Semana de Economia Brasileira resgata avanços dos últimos 40 anos

ALANA GANDRA/ABRASIL

A 1ª Semana da Economia Brasileira reúne no Rio de Janeiro, a partir de ontem, acadêmicos e economistas para debater os principais avanços que marcaram os últimos 40 anos da economia no país, após a retomada da democracia. O diretor de Planejamento e Relações institucionais do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa, abriu o evento. "Se você ficar focado só no curto prazo, deixa de olhar principalmente os avanços que temos feito nos últimos 40 anos", afirmou. A semana vai se estender até o próximo dia 5. Especialistas debatem temas econômicos ocorridos no país a partir de 1983. Entre eles,

a crise da dívida externa e alta da inflação, estabilização com crise cambial, crescimento com distribuição de renda, crise interna com estagnação. Barbosa destacou que a semana de comemoração é a primeira de várias outras que virão. A ideia de fazer o evento surgiu de trabalho que o banco de financiamento já vinha promovendo, desde que o atual presi-

dente, Aloizio Mercadante, tomou posse. "É recuperar o papel do BNDES na promoção do debate sobre política econômica brasileira", disse. Durante o evento, pela manhã, foram lembradas as crises e a recuperação do país, sua posição como foco do crescimento, redução da pobreza, integração no mercado de trabalho e geração de emprego.

Balancos patrimoniais em 31/12/24 e 2023 - Em MR\$						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		
		2024	2023	2024	2023	
Circulante		19.544	59.098			26.800
Caixa e equivalentes de caixa	4	201	125			367
Aplicações financeiras	5	12.612	53.255			12.612
Contas a receber	6	5.927	5.650			11.165
Outras contas a receber		16	68			1.371
Impostos a recuperar		788	-			1.285
Não circulante		423.712	201.727			417.141
Tributos diferidos	22.1	-	-			23.322
Depósitos judiciais	7	608	608			628
Custos amortizáveis	8	3.878	1.803			3.878
Terrenos a comercializar	9	7.152	7.152			7.152
Propriedade para investimento	10	191.050	192.100			382.100
Imobilizado		61	64			61
Investimentos	11	220.963	-			-
Total do ativo		443.256	260.825			443.941
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante		19.512	2.459			20.043
Fornecedores		980	999			983
Impostos e contribuições a recolher	13	229	498			450
Salários e encargos		194	207			192
Receitas diferidas		101	101			315
Adiantamento para futuro aumento de capital		428	296			428
Outras obrigações a pagar		241	358			336
Empréstimos e financiamentos	12	17.339	-			17.339
Não circulante		108.272	59.636			108.426
Provisão para contingências	14	528	528			528
Tributos diferidos	22.1	58.869	59.105			58.869
Receitas diferidas		-	3			154
Empréstimos e financiamentos	12	48.875	-			48.875
Patrimônio líquido	16	315.472	198.730			315.472
Capital social		25.796	25.796			25.796
Reserva de lucros		289.676	172.934			289.676
Total do passivo e patrimônio líquido		443.256	260.825			443.941
Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/24 e 2023 (Em MR\$)						
		Controladora	2023		Consolidado	2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		123.397	(3.491)		123.397	
Outros resultados abrangentes		-	-		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		123.397	(3.491)		123.397	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/24 e 2023 - Em MR\$						
		Reserva de lucros				
		Capital social	Reserva legal	investimento e capital de giro	Reserva de Lucros a realizar	Lucros Acumulados
Saldos em 31/12/22 (Reapresentado)		25.796	5.158	177.810	-	- 208.764
Dividendos pagos de exercícios anteriores		-	-	(1.006)	-	- (1.006)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(3.491) (3.491)
Destinação do resultado:						
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(5.537) (5.537)
Transferência de lucros para reservas		-	-	(9.028)	-	9.028
Saldos em 31/12/23		25.796	5.158	167.776	-	- 198.730
Dividendos pagos de exercícios anteriores		-	-	(1.140)	-	- (1.140)
Lucro do exercício		-	-	-	-	123.397 (123.397)
Destinação do resultado:						
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(5.515) (5.515)
Transferência de lucros para reservas		-	-	1.8342	9.9540 (117.882)	-
Saldos em 31/12/24		25.796	5.158	184.978	99.540	- 315.472
Notas explicativas: 1. Contexto operacional: A Marcellino Martins Imobiliária S.A. ("Cia.") é uma S.A. de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, na Av. Rio Branco, 123, 12º andar, Grupo 1201, Centro, Rio de Janeiro, RJ e tem como atividade principal a participação em empreendimentos imobiliários. Atualmente a Cia. vem operando preponderantemente na participação direta e exploração econômica do Shopping Center Iguazu Top Shopping (Shopping Center de Nova Iguaçu - RJ). A Cia. possui 50% do shopping center inaugurado em 28/10/1996. Em 30/04/24, a Cia. adquiriu a SPE Fortuna Gestão e Participações Ltda., detentora dos outros 50%, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11. O Shopping Center é regido através de uma estrutura denominada Condomínio "Pro Indiviso". CPI. O Shopping Center não é pessoa jurídica, mas unidade operada sob uma convenção pela qual os proprietários (empreendedores) dividem todas as receitas, custos e despesas. A convenção de CPI é uma opção permitida pela legislação brasileira por um período de cinco anos podendo ser renovada. Por meio da convenção de CPI cada co-empendedor possui uma participação sobre toda a propriedade à qual é indivisível. Em 31/12/24, a Cia. detém a representação legal e a administração do Shopping Center anteriormente mencionado. 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1 Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Cia. em 25/11/25. b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Cia. c) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. d) Base de consolidação: Investimento em controle. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de sua controlada. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras da controlada encerrada na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Cia. a base de consolidação da Cia. inclui:						
		Controlada Direta		Participação (%)		
		SPE Fortuna Gestão e Participações Ltda.		100%		
e) Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria da Cia. faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas continuamente. 2.2 Resumo das principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir e estão consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior: 2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Cia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do período. 2.2.2 Contas a receber: Consiste substancialmente em aluguéis a receber de clientes, bem como a Cessão de Direito de Uso (CDU) correspondente aos valores a receber no decurso normal das atividades da Cia. Os aluguéis a receber de clientes ficam classificados no circulante quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos caso contrário estará apresentado no ativo não circulante. Os aluguéis a receber são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos sendo posteriormente mensuramos ao Custo Amortizado (CA). 2.2.3 Ativos financeiros: 2.2.3.1 Reconhecimento inicial e mensuração: São mensurados ao Custo Amortizado (CA) e subsequentemente mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cia. para a gestão destes ativos financeiros. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota Explicativa nº 2.2.11. Reconhecimento de receitas. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo Custo Amortizado (CA) ou pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Cia. para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. 2.2.3.2 Ativos financeiros ao Custo Amortizado (CA) (instrumentos de dívida): A Cia. mensura os ativos financeiros ao Custo Amortizado (CA) se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem em datas especificadas a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao Custo Amortizado (CA) são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Cia. ao Custo Amortizado (CA) incluem contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os ativos financeiros da Cia. ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) incluem principalmente as aplicações financeiras. 2.2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Cia. reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR). As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Cia. espera receber, descontadas a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias dadas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. 2.2.4. Passivos financeiros: 2.2.4.1 Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e contas a pagar conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Cia. incluem fornecedores e outras contas a pagar. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Cia. não designou nenhum passivo financeiro ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). 2.2.5. Investimentos: Nas demonstrações contábeis da Marcellino Martins Imobiliária S.A., as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial. 2.2.6. Propriedades para investimento: Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações ou ambos) mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento operacional para rendimento de aluguéis, valorização ou ambos e não para: a) Uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; b) Venda no curso das atividades normais do negócio. A Cia. é proprietária de 100% do Iguazu Top Shopping (Shopping Center) que é mantido para auferir receitas de aluguel de LP, sendo 50% através da participação direta e 50% através da participação da SPE Fortuna Gestão e Participações, cuja participação da Cia. é de 100% a partir de 01/05/24. Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. 2.2.6.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. 2.2.7. Fornecedores: Os saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante. 2.2.8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos tomados são						

MARCELLINO MARTINS IMOBILIÁRIA S.A.				
CNPJ Nº 33.520.438/0001-50				
Demonstrações do resultado em 31/12/24 e 2023				
(Em MR\$, exceto quando demonstrado de outra forma)				
	Nota	Controladora	Consolidado	
		2024	2023	2024
Receita operacional líquida	17	16.730	16.706	34.235
Custos de aluguéis e serviços	18	(4.191)	(4.799)	(8.548)
Lucro bruto		12.539	11.907	25.687
Receitas/(despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	19	(5.139)	(4.244)	(5.155)
Despesas comerciais	20	200	(665)	(6.608)
Ganho (Perda) no ajuste a valor justo		(1.050)	(24.050)	(1.050)
Resultado de equivalência patrimonial	11	79.546	-	-
Outras receitas		37.875	-	89.560
Resultado antes do efeito financeiro	11	123.971	(17.052)	102.434
Receitas/(despesas) financeiras				
Receitas financeiras	21	2.266	7.838	2.827
Despesas financeiras	21	(2.774)	(3)	(4.751)
		(508)	7.835	(1.924)
Lucro antes dos impostos		123.463	(9.217)	100.510
Provisão para o IRPJ/CSLL correntes	22	(302)	(2.019)	(306)
Provisão para o IRPJ/CSLL diferidos		236	7.745	23.193
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	22	123.397	(3.491)	123.397
Ações em circulação		19.145	19.145	19.145
Lucro (prejuízo) por ação		6.45	(0.18)	6.45

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/24 e 2023 - Em MR\$				
	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2024
Lucro (Prejuízo) antes do IR e contribuição social	123.463	(9.217)	100.510	
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa operacional gerado:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(471)	423	6.066	
Rendimentos sobre aplicações financeiras de renda fixa	(2.089)	(7.197)	(2.634)	
Resultado em aplicações de renda variável	(114)	-	(114)	
Juros sobre empréstimos	2.772	-	2.772	
Depreciação	3	3	3	
Variação no valor justo da propriedade para investimento	1.050	24.050	(52.029)	
Valor justo de ativos adquiridos	(37.280)	-	(36.482)	
Compra vantajosa	(595)	-	-	
Resultado de equivalência patrimonial	(79.546)	-	-	
Constituição de tributos diferidos	-	-	(22.957)	
Ajustes retrospectivos	-	-	7.487	
Variações nas contas de ativo e passivo:				
Contas a receber	194	(856)	(14.488)	
Outras contas a receber	52	179	1.916	
Impostos a recuperar	(788)	-	(788)	
Aquisição de terrenos a comercializar	-	(5.691)	-	
Fornecedores	(19)	870	(297)	
Impostos e contribuições a recolher	(269)	34	(93)	
Salários e encargos	(14)	4	(14)	
Receita diferidas	(3)	(155)	(3)	
Outras obrigações a pagar	(116)	-	(116)	
IR e contribuição social	(302)	(1.849)	(556)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.928	598	(11.817)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aplicações) Resgates das aplicações financeiras, líquidos	42.846	5.915	60.756	
Custos amortizáveis	(2.075)	(440)	(2.075)	
Participações societárias	(111.525)	-	(111.525)	
Recebimentos de dividendos	7.983	-	7.983	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(62.771)	5.475	(44.861)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	132	(67)	132	
Dividendos pagos	(1.140)	(1.006)	(1.140)	
Juros sobre capital próprio pagos	(5.515)	(5.537)	(5.515)	
Empréstimos e financiamentos - Captações	111.525	-	111.525	
Empréstimos e financiamentos - amortizações	(48.083)	-	(48.083)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	56.919	(6.610)	56.919	
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	76	(537)	241	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125	662	126	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	201	125	367	
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	76	(537)	241	

reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). A Cia. mantém o reconhecimento referente à aquisição da SPE Fortuna, inicialmente reconhecido a custo. O passivo é apresentado conforme as condições contratuais, sendo o saldo devedor corrigido pelo IPCA e juros de 2% ao ano. 2.2.9. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cia. espera que o valor de uma provisão seja reembolsado no todo ou em parte por exemplo: por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.2.10. Tributações: 2.2.10.1. IR e contribuição social - correntes: O IR e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Cia. nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões quando apropriado com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro real anual. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado ajustado nos termos da legislação vigente. A provisão para o IR é constituída pelo montante bruto aplicando-se a alíquota-base de 15% mais a adicional de 10%. 2.2.10.2. IR e contribuição social - diferidos: O IR e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IR e a base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IR e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. 2.2.10.3. Impostos sobre receitas: A Cia. utiliza a sistemática do lucro real a Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e é calculada à alíquota de 1,65% aplicável sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS (COFINS) é calculada à alíquota de 7,6% aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS. 2.2.11. Reconhecimento da receita: 2.2.11.1. Receita de aluguel e Cessão de Direitos de Uso (CDU): A Cia. reconhece suas receitas de aluguel e Cessão de Direito de Uso (CDU) pelo método linear durante o período do arrendamento incluída na receita na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Cia. não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Os contratos de locação de forma geral estabelecem que os locatários devem pagar o maior valor entre um mínimo contratual estipulado e uma variável calculado através de um percentual sobre as vendas de cada estabelecimento. Os aluguéis mínimos são ajustados por aumentos fixos regulares ao longo do prazo dos contratos, aluguel em dobro no mês de dezembro, quando aplicável, e pela inflação. De acordo com o CPC 06 (R1) /IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, as receitas de aluguéis mínimos considerando eventuais efeitos de carências, descontos, etc., e excluindo os efeitos inflacionários devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido independentemente da forma de recebimento. Analogamente as receitas de Cessão de Direito de Uso (CDU) também são reconhecidas em bases lineares durante o prazo de duração dos contratos a partir do início do prazo da locação. 2.2.11.2. Receita de estacionamento: Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos do shopping center apropriada ao resultado de acordo com o regime de competência. 2.2.11.3. Receitas de financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (incluindo derivativos) e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. 2.2.12. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC): As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC. 2.3. Principais pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: Durante o exercício de 2024 foi emitida pelo CPC a revisão das referidas normas a seguir, já vigentes no exercício de 2024: a) Alterações ao IAS 1/CPC 26 (R1) - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, e esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório; b) Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1) - esclarece que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade; c) Alterações ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da CPC 47; As alterações descrevem nos Itens "a) a "c)" acima não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Cia., bem como não há outras normas e interpretações, que entraram em vigor pela primeira vez em 2024, que também causassem impactos. 2.4. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31/12/2024: a) Alteração ao CPC 18 (R3) - passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, seguindo mudanças nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis separadas - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º/01/23; b) Alteração IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2) - esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de convertibilidade em outra moeda - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º/01/23; c) IPCC 40 (R1) e CPC 48 - Podem aplicar significativamente como as entidades contabilizam de reconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação. A Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das Normas e/ou Interpretações novas e/ou revisadas. Contudo, não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. Até a data da emissão e aprovações dessas demonstrações contábeis, a administração da Cia. não espera nenhum impacto relevante numa eventual aplicação dessas referidas normas em suas demonstrações contábeis. 3. Gestão de riscos: Alguns riscos inerentes às atividades da Cia. não são identificados nas suas operações e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle conforme exposto a seguir: a) Risco de mercado: Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Cia. pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes dará lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria as disponibilidades financeiras estarão concentradas em aplicações de renda fixa e quando aplicável têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. b) Risco de crédito: Considerado como a possibilidade da Cia. incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Cia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, cobrança dos cedentes ou garantia real assegurando a integridade do fluxo de caixa prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. c) Risco de liquidez: Considerado pela eventual incapacidade da Cia. gerarem os prazos de recebimento de seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez. d) Risco operacional: Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos a Cia. estabeleceu rotinas de verificação realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou. 4. Caixa e equivalentes de caixa: O saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" está composto da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24
Fundo fixo	1	-	1
Depósitos bancários	200	125	367
	201	125	368

5. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são representadas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata* e por fundos de aplicação financeira que são registrados de acordo com o valor da cota de cada fundo no encerramento do exercício.

SEGURANÇA

SP celebra os 134 anos do Batalhão de Choque ‘Rota’

O Governo de São Paulo celebrou, ontem, o aniversário de 134 anos do 1º Batalhão de Choque (BPCCh) Tobias de Aguiar, da Polícia Militar. Durante o evento, personalidades e instituições que contribuíram com a segurança pública paulista foram homenageadas com a Medalha do Centenário do 1º BPCCh. A celebração também marcou o último dia de Guilherme Derrite à frente da Secretaria de Segurança Pública.

“É simbólico celebrar o aniversário e lembrar todas as tradições desse batalhão que assistiu a momentos importantes de nossa história”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas. “O dia também é simbólico por ter sido escolhido pelo nosso secretário de Segurança Pública para sua despedida. Em três anos, temos muito o que celebrar: mais de R\$ 1 bilhão investidos em infraestrutura, mais 2.600 viaturas, 17 mil armas, 39 mil coletes e sobretudo a gente pode celebrar os menores indicadores criminais da nossa história. E eu tenho muito a agradecer a Guilherme Derrite, que agora se afasta para trabalhar em prol da segurança pública na arena política”, completou.

“Exatamente há três anos, eu fazia minha primeira aparição pública como secretário anun-



GOVERNO DO ESTADO DE SP

ciado. Hoje tenho muito orgulho por todos os resultados que obtivemos e agradeço o empenho de todos os policiais civis e militares, além de suas famílias, e agradeço ao governador”, afirmou o ex-secretário Guilherme Derrite, que retorna à Câmara dos Deputados.

A partir de hoje, o delegado Osvaldo Nico Gonçalves assume a Secretaria de Segurança Pública. “Ele tem uma larga trajetória de dedicação à segurança pública, é um grande delegado de polícia e vai representar a continuidade desse trabalho importante que tem sido feito, um trabalho de cooperação, sobre-

do, com os municípios e com o Ministério Público Estadual em todas as frentes”, afirmou o governador.

“Recebi o convite do governador com muita alegria. Sou apaixonado pela Segurança Pública. Nesses três anos compartilhamos a luta para baixar os indicadores. Se eu conseguir manter esses indicadores, vou ficar feliz por isso. Quero deixar um legado de transparência”, disse o delegado Nico.

CRIME ORGANIZADO

Na atual gestão, foi assinado a reformulação da diretriz no combate ao crime organizado

do 1º BPCCh. Ela consolida as atribuições da unidade no enfrentamento às organizações criminosas, intensificando operações de patrulhamento inteligente e apoio a ações de alta periculosidade. Além do serviço operacional, a Rota passou a oferecer cursos e treinamentos voltados ao combate do crime organizado e à difusão de conhecimento técnico dentro das forças de segurança do país.

Atualmente, o Batalhão de Choque Tobias de Aguiar é comandado pelo tenente-coronel Vergílio Correa Mariano e conta com quatro companhias, com 470 policiais e 177 viaturas.

EDUCAÇÃO

Fuvest divulga lista de convocados na 2ª fase do vestibular da USP

A Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) divulgou ontem a lista de convocados para a segunda fase do vestibular da Universidade de São Paulo (USP) e os locais de prova.

Ao todo, 30.787 candidatos foram convocados para a 2ª Fase, o que corresponde a quatro vezes o número de vagas de ingresso da carreira e modalidade. As provas acontecerão em 36 escolas, localizadas em 21 cidades, além da capital paulista.

A recomendação é a mesma da etapa anterior: para evitar atrasos no dia e estresse na che-

gada, o candidato deve conhecer com antecedência o trajeto até o local em que está designado para realizar as provas.

A abertura dos portões das escolas acontecerá às 12 horas, com fechamento dos portões e início da aplicação da prova às 13 horas. Em cada um dos dias, o vestibulando terá 4 horas para finalizar a prova. No primeiro dia, ele responderá a 10 questões discursivas de Português, incluindo interpretação de textos, gramática e literatura (considerando a lista obrigatória de obras), e terá de escrever a redação, lembrando que,

neste ano, será possível escolher entre duas propostas de redação: uma dissertativa-argumentativa ou uma de outro gênero textual a ser apresentado no momento da prova, ambas originadas a partir de uma coletânea única de textos.

Já no segundo dia, o vestibulando terá pela frente 12 questões discursivas, com conteúdo de duas a quatro disciplinas específicas da carreira escolhida (por exemplo: matemática + física + química para cursos de exatas; biologia + química para biológicas; história + geografia para humanas).

Uma regra eliminatória importante: será excluído o candidato que tirar zero na redação

ou errar todas as questões de qualquer um dos dias.

NOTA DE CORTE

Medicina manteve a liderança e segue com a maior nota de corte: 80 pontos. Na sequência está engenharia aeronáutica, com 75 pontos, e psicologia (em São Paulo), com 69 pontos. Veja a lista completa abaixo.

Uma das questões de matemática da primeira fase do vestibular 2026, aplicada no último domingo, 23 foi cancelada após análise. A banca concluiu que a questão número 3 no Caderno de Provas V1 não tinha uma resposta correta dentre as alternativas apresentadas.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 76ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Sempre Agtech LTDA*, ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 19 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a prorrogação: (a) da parcela ("PMT") prevista no Anexo I – Cronograma de Pagamentos da Amortização Ordinária e da Remuneração das CPR-Fs, originalmente devido em 26 de novembro de 2025, para o dia 18 de dezembro de 2025 ("Nova Data de Pagamento das CPR-Fs"); e (b) da PMT dos CRA, prevista no Anexo II – Cronograma de Pagamentos da Remuneração e Amortização do Termo de Securitização e originalmente devida em 28 de novembro de 2025, para o dia 20 de dezembro de 2025 ("Nova Data de Pagamento dos CRA"). Fica consignado que, em razão do prazo mínimo de convocação estabelecido na Cláusula 13.3.2 do Termo de Securitização e no Artigo 26, §1º, da Resolução CVM nº 60, tais PMTs vencerão antes da realização desta Assembleia. Em caso de aprovação deste item, o eventual inadimplemento verificado entre as datas de vencimento originais e as respectivas Novas Datas de Pagamento ficará integralmente afastado, não gerando efeitos de mora, aplicação de penalidades, encargos adicionais ou caracterização de Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto no Termo de Securitização e nos Anexos aplicáveis; (ii) Aprovar a concessão de waiver para sustar os efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (i), das CPR-Fs, em razão da não manutenção do Valor do Fundo de Despesas, bem como da sua recomposição temporária, conforme previsto na Cláusula 14.2, das CPR-Fs, bem como na Cláusula 1.1 do Termo de Securitização; (iii) Caso aprovado o item (ii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data de formalização da ata de assembleia, para regularização do referido descumprimento, ficando consignado que, na hipótese de não recomposição do Fundo de Despesas pela Devedora, os valores correspondentes deverão ser arcados pelos Titulares dos CRA, nos termos da Cláusula 15.5 do Termo de Securitização; (iv) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.2, subitem (i), das CPR-Fs, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de registrar o 2º Aditamento à CPR-F IPCA, nos cartões competentes, nos termos da Cláusula 17.8 das CPR-Fs; (v) Aprovar a concessão de waiver para que não seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.2, subitem (i), das CPR-Fs, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária de comprovar a notificação ao Agente de Custódia acerca dos termos do Contrato de Cessão Fiduciária CDAMWA, nos termos da Cláusula 3.1, subitem (ii) do Contrato de Cessão Fiduciária CDAMWA; (vi) Caso aprovado os itens (iv) e (v) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de formalização da ata de assembleia, para regularização dos referidos descumprimentos; e (vii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação Instruções Gerais; A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail fiduciario@trusteedvm.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
São Paulo, 28 de novembro de 2025. **Amanda Martins Ribeiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA 40ª (QUADRAGÉSIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR RIAD ALI SAMMOUR JUNIOR, ADAM PERRONE SAMMOUR E MOHAMAD RIAD PERRONE SAMMOUR

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis do agronegócio, da série única, da 40ª (quadragésima) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** ("Titulares de CRA", "Securitizadora" e "CRA", respectivamente), emitidos nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60") e demais disposições aplicáveis, bem como nos termos do *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 40ª (Quadragésima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos por Riad Ali Sammour Junior, Adam Perrone Sammour e Mohamad Riad Perrone Sammour*, celebrado entre a Securitizadora e a **H.COMMOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), em 22 de março de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), lastreados em créditos devidos por **RIAD ALI SAMMOUR JUNIOR, ADAM PERRONE SAMMOUR e MOHAMAD RIAD PERRONE SAMMOUR** (em conjunto os "Devedores"), consubstanciados pelas cédulas de produto rural com liquidação financeira, emitidas pelos Devedores ("CPR-Fs"), para deliberar, em assembleia geral de titulares de CRA a ser realizada em **19 de dezembro de 2025, às 14:00 horas**, de forma exclusivamente remota e eletrônica sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: (i) A realização, pelos Devedores, do Resgate Antecipado Facultativo total das CPR-Fs, *consequentemente a realização, pela Emissora, do Resgate Antecipado Facultativo total dos CRA ("Resgate Antecipado")*, no valor total correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis, sobre o valor objeto do Resgate Antecipado, desde a primeira Data de Integralização ou a última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado; (ii) de quaisquer outros valores recebíveis pela Emissora a título do pagamento antecipado total das CPR-Fs, incluindo quaisquer encargos moratórios ou outros valores eventualmente devidos pelos Devedores no âmbito das CPR-Fs, em decorrência do pagamento antecipado total das CPR-Fs ("Saldo Devedor" e "Valor do Resgate", respectivamente). O Resgate Antecipado poderá ser realizado, a exclusivo critério dos Devedores, desde que, com pelo menos 02 (dois) Dias Úteis de antecedência, os Devedores enviem comunicado, à Emissora e à B3 com cópia ao Agente Fiduciário, informando a Data de Resgate ("Data de Resgate"). (ii) Caso aprovado o item "i)" acima, autorizar os Devedores e a Avalista PL a partir desta data, a celebrarem todos os atos necessários para a formalização de alienação fiduciária de propriedade superveniente do Imóvel, incluindo o Imóvel A e os Imóveis B (conforme definidos no Termo de Securitização), objetos da Alienação Fiduciária de Imóvel A e da Alienação Fiduciária de Imóveis B, respectivamente, constituídas no âmbito dos CRA, com a manutenção dos direitos dos Titulares dos CRA até a extinção da Alienação Fiduciária de Imóvel A e da Alienação Fiduciária de Imóveis B, conforme o caso, que ocorrerá mediante a realização do Resgate Antecipado. (iii) A autorização para a Emissora, os Devedores, a Avalista PL e o Agente Fiduciário realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo aditamentos aos Documentos da Operação (conforme definidos no Termo de Securitização). Os termos grafados com iniciais em maiúscula empregados neste Edital de Convocação terão os significados a eles respectivamente atribuídos no Termo de Securitização e demais Documentos da Operação, exceto se de outra forma aqui definidos. Informações Gerais aos Titulares de CRA: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/cra023005K1>; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que a Assembleia Geral instalar-se-á em primeira e segunda convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Já as deliberações deverão ser aprovadas, em primeira e segunda convocação, por Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA em Circulação. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@canalsecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário para fiduciario@commcor.com.br, identificando no título a convocação, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (i) Quando pessoa física, documento de identidade; (ii) Quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (iii) Quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 29 de novembro de 2025.
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

MÁRIO SARRUBBO

Secretário do governo Lula critica novo texto de projeto Antifacção

GONÇALO JUNIOR/AE

O secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Mario Sarrubbo, criticou a nova versão do projeto de lei Antifacção, aprovada na Câmara em novembro. O texto havia sido originalmente proposto pelo governo federal, mas foi alterado no Congresso.

"Não adianta só subir a pena. Faz 30 anos que estamos subindo as penas. A Lei dos Crimes Hediondos já tem mais de uma década. O crime deixou de ser local e passou a ser transnacional", afirmou Sarrubbo, em evento em São Paulo nesta segunda-feira.

O projeto Antifacção prevê aumento de penas para membros de organizações criminosas, com reclusão de 20 a 40 anos, podendo chegar a 66 anos para lideranças. O texto também eleva o cumprimento mínimo de pena em regime fechado (75%).

Na Câmara, o PL foi relatado pelo deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP), que apresentou várias mudanças no texto. Parte das versões foi alvo de críticas por reduzir o alcance de investigação da Polícia Federal. Alessandro Vieira (MDB-SE) será o relator do projeto no Senado.

Sarrubbo também voltou a criticar a megaoperação poli-

cial no Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho, que deixou 122 mortos em outubro. Para ele é preciso "subir o morro depois de desidratar as atividades criminosas".

As declarações foram feitas em evento promovido pela Transparência Internacional Brasil e o Insuper nesta segunda-feira, 1, em São Paulo, para discutir desafios impostos pela corrupção e pelo crime organizado para os setores público e privado no País.

Sarrubbo participou de um painel ao lado de Ricardo Saadi, presidente do COAF, Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e Marcia Meng, superintendente da Receita Federal em São Paulo.

Integrante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sarrubbo defende ampliar o programa piloto do governo federal que visa à ocupação de áreas dominadas pelas facções. A área escolhida fica em Natal, em um bairro atualmente sob influência do Comando Vermelho.

O plano combina a ocupação territorial dos agentes de segurança com ações de cidadania. Os técnicos do governo pretendem levá-lo a outros pontos do País, se for bem-sucedido. De acordo com o secretário, foram realizadas 130 prisões.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 135ª EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 135ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 135ª Emissão, em Série Única, da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela AI Bodytech Participações S.A.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 18 de dezembro de 2025, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da Conta Vinculada (conforme definida nos Documentos da Operação), que passará a corresponder às contas correntes nºs 00105919-8, 00105921-4 e 00105917-0, todas mantidas na agência 0001 da Wórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (código 3101) e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação Instruções Gerais; A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail fiduciario@trusteedvm.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRA BODYTECH 135", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: fis-assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A Instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, ou com sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), nas páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oslodvm.com.br/agents-fiduciario/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de novembro de 2025
Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª, 2ª, 3ª E 4ª SÉRIES DA 120ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 120ª emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 18 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 120ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela MS Incorporadora S/A* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a contratação de assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado e em termos da proposta, disponibilizada para consulta aos Titulares de CRA, nos termos do material de apoio, e que seguirá anexo à ata, para atuar na defesa dos interesses da Emissora no âmbito do Processo nº 5012457-94/2025.8.24.0054; Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agente.fiduciario@vortex.com.br e gtn@vortex.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA MS 120", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Para o caso de envio de procuração acompanhada de instrução de voto, conforme abaixo, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. A Instrução de Voto à distância deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRA ou por seu representante legal. Além disso, deverá conter uma declaração expressa de inexistência de circunstâncias que possam configurar conflito de interesses em relação às matérias da Ordem do Dia, às demais partes da operação ou entre partes relacionadas. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Ao optar pela Instrução de Voto, o Titular de CRA reconhece que as deliberações da assembleia podem implicar riscos não mensuráveis aos CRA e declara que realizará sua própria análise desses riscos, independentemente das eventuais indicações fornecidas pelo Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
São Paulo, 02 de dezembro de 2025
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

DF, RO, RR

Governo Lula edita MP para dar aumento de até 24% para PMs

LAVÍNIA KAUCZ E GABRIEL HIRABASHII/AE

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann (**foto**), disse que o governo enviará ao Congresso uma medida provisória (MP) que formaliza o acordo do reajuste salarial para as forças de Segurança do Distrito Federal e das Polícias Militares do Amapá, de Rondônia e Roraima. A MP entra em vigor nesta data, de acordo com a ministra.

A informação foi divulgada durante reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ontem.

Segundo o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a MP prevê aumento de quase 24% às forças de segurança que têm seus gastos bancados pelo governo federal.

A ministra da Gestão, Esther Dweck, disse que o reajuste será pago em duas parcelas, a primeira neste ano e a segunda em 2026. Ela também afirmou que há diferenças entre as categorias, mas não apresentou detalhes.

Também será enviado ao Congresso um projeto de lei em regime de urgência sobre as carreiras de servidores do Executivo. Gleisi disse que o projeto é resultado de negociações entre o governo e entidades dos servidores e tem 24 iniciativas sobre "reestruturação e ampliação de cargos, reajustes e gratificações e modernização de gestão".

"Eu tenho certeza que o Congresso Nacional vai tratar com muito carinho essas iniciativas e nós vamos construir esse caminho conjuntamente, como já fizemos em várias matérias que são do interesse do povo brasileiro", afirmou a ministra da SRI.

Dweck também explicou porque o projeto e a MP serão enviados separadamente. "A MP teve que ser nesta segunda, porque o prazo de vigência do acordo era a partir de 1º de dezembro, por isso precisou

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



essa alteração orçamentária. Já o que está no PL, o prazo de vigência é abril de 26, independente da aprovação da lei orçamentária. Portanto, não poderia ir em uma medida provisória, porque a gente não tem nem a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada, nem a lei orçamentária", afirmou.

Durante a reunião, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou que a segurança é uma "prioridade absoluta" do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que a medida provisória assinada nesta segunda-feira, 1º, com reajuste para policiais é uma prova disso.

"A segurança pública é uma prioridade absoluta para o nosso governo. Nós estamos trabalhando intensamente em várias frentes para alcançarmos esse objetivo, mas um dos aspectos desse combate à criminalidade e desse aprofundamento de nossas ações no plano da segurança pública é a valorização dos integrantes das forças de segurança. Valorizar não é apenas entregar armas, equipamentos, mas é cuidar de dar-lhes melhores condições de trabalho", disse Lewandowski.

A declaração foi dada em cerimônia fechada realizada no Palácio do Planalto para assinatura da medida provisória e do projeto de lei. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) divulgou as gravações dos discursos.

FORAGIDO

STF publica acórdão que tornou Eduardo réu por coação

HUGO HENUD/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou ontem, o acórdão que tornou o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o comentarista Paulo Figueiredo réus por coação no curso do processo. O documento consolida o resultado do julgamento da Primeira Turma e reúne a íntegra dos votos dos ministros.

Com a publicação do acórdão, abre-se o prazo de cinco dias para que as defesas apresentem embargos de declaração, recurso usado para apontar possíveis contradições, omissões ou obscuridades no acórdão. Esse tipo de questionamento, porém, não altera o mérito da decisão.

Sem advogado constituído no processo, Eduardo Bolsonaro é representado pela Defensoria Pública da União (DPU). A linha de defesa sustenta que suas manifestações públicas e a campanha conduzida nos Estados Unidos para sancionar autoridades brasileiras estão inseridas no debate político e no exercício do mandato parlamentar.

O documento também autoriza o STF a instaurar oficialmente a ação penal, procedimento pelo qual os réus passam a responder formalmente pelo crime imputado.

Na sequência, será feita a

intimação para apresentação da defesa prévia. Nessa etapa, os advogados expõem seus argumentos iniciais, indicam testemunhas e listam as provas que pretendem produzir ao longo do processo.

Em seguida, tem início a instrução criminal, fase em que serão ouvidas as testemunhas de acusação e defesa e anexados novos documentos aos autos. Depois disso, os próprios réus serão interrogados.

Concluída a coleta de provas, acusação e defesa apresentam suas alegações finais, e Moraes elabora o voto que servirá de base para o julgamento momento no qual os ministros decidirão se o parlamentar e o comentarista serão considerados culpados ou inocentes.

No acórdão, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, detalha que a suposta ameaça se materializou na busca por sanções dos Estados Unidos contra ministros do Supremo, incluindo suspensão de vistos, tarifas comerciais e a aplicação da Lei Magnitsky.

Para o relator, as ações atribuídas a Eduardo e Paulo formam um conjunto coordenado de atos "idôneos e eficazes" para intimidar autoridades responsáveis pelo julgamento da tentativa de golpe, configurando, em tese, o crime de coação no curso do processo.

ALIADO DE BOLSONARO

CGU demite ‘ex-Receita’ que atuou no caso de joias sauditas

O *Diário Oficial da União (DOU)* publicou ontem a demissão do ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes do serviço público. A motivação não foi informada oficialmente.

A demissão ocorreu após a

Controladoria-Geral da União (CGU) encerrar um processo disciplinar aberto contra o ex-secretário, que ficou conhecido pelo envolvimento na tentativa de liberação das joias sauditas recebidas pelo então presidente Jair Bolsonaro em viagens internacionais.

Durante o governo Bolsonaro, Julio Cesar foi acusado de pressionar servidores da Receita Federal para liberar joias que ficaram retidas no controle aduaneiro do Aeroporto de Guarulhos.

Com a demissão, ele está impedido de ser nomeado para

cargo público pelo período de cinco anos.

No ano passado, Bolsonaro foi indiciado pela Polícia Federal no inquérito das joias sauditas. De acordo com as investigações, os desvios podem chegar a R\$ 6,8 milhões.

ELEIÇÕES 2026

Cármem Lúcia diz que teste da urna garante 'sossego eleitoral'

BRUNA ROCHA/AE

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármem Lúcia disse ontem, que o teste realizado nas urnas eletrônicas serve para garantir um "sossego eleitoral". O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciou a 8ª edição do Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais.

"Mais uma vez, seguro, tranquilo, transparente e, acima de tudo, para o sossego eleitoral da eleitora e do eleitor brasileiro. Ele (o eleitor) pode confiar que o voto é ele com ele mesmo, e o

que ele resolver colocar na urna será. Nada mais, nada menos, sem interferência de quem quer que seja neste momento", afirmou Cármem Lúcia.

O teste nas urnas eletrônicas ocorre para preparar os sistemas para as eleições de 2026. Serão executados 38 planos aprovados pela Comissão Reguladora. Segundo o Tribunal, os testes realizados por especialistas servem para aumentar a confiabilidade, a transparência e a segurança da captação e da apuração dos votos. O primeiro turno das eleições de 2026 será realizado em 4

de outubro, e o eventual segundo turno ocorrerá em 25 de outubro.

"Não só as urnas são verificadas, mas todos os sistemas que integram o processo eleitoral, para que o eleitor e a eleitora saibam que o que foi posto por eles na urna será apurado; o que for apurado será totalizado; o que for totalizado será divulgado como resultado, garantindo a absoluta confiabilidade do sistema eleitoral no Brasil, que atualmente é matriz para o mundo, modelo para o mundo", explicou a ministra.

O Teste da Urna 2025 será

realizado nos sistemas que a Justiça Eleitoral utilizará nas eleições gerais, entre eles o Gerenciador de Dados, Aplicativos e Interface com a Urna Eletrônica (Gedai-UE), o Software de Carga, o Software de Votação, o Sistema de Apuração e o kit JE-Connect.

A testagem ocorrerá em ambiente reservado no 3º andar do edifício-sede do Tribunal, com estrutura de apoio como computadores, urnas, impressoras, ferramentas e insumos necessários. A entrada será controlada e monitorada por câmeras.

ESPECIAL

Proteção em tempo de clique: como os seguros de compras online ganham espaço no Brasil

POR BÁRBARA SOUZA

Com o crescimento vertiginoso das compras pela internet, muitos consumidores passaram a buscar algo além da simples conveniência: querem segurança para suas aquisições. Segundo levantamento recente da Serasa Experian, 82% dos brasileiros realizam pelo menos uma compra online por mês. Nesse processo de crescimento das compras por plataformas digitais, algumas delas passaram a oferecer um serviço de seguro no ato da entrega do produto.

Dessa forma os compradores estão expostos a mais riscos, como fraudes, produtos que nunca chegam, ou itens danificados ou diferentes do anúncio. Estudos apontam que 27% dos consumidores já sofreram algum tipo de problema em compras on-line, como não receber o produto (57% dos casos), receber algo errado ou defeituoso (33%) ou ter dados pessoais ou financeiros vazados.

Diante desse cenário, o mercado segurador se adapta e lança ao consumidor novas soluções: os chamados seguros digitais, entre eles, o seguro para compras online ou “compra protegida”, que é opcional. Esse tipo de seguro tende a reembolsar o cliente nos casos em que o produto não chega, chega danificado, está fora do padrão anunciado ou em situações de fraude.

A importância desse tipo de proteção é sublinhada pelo próprio comportamento dos consumidores: 91% deles afirmam que a segurança digital é o critério mais importante na hora de comprar online, e 76% declararam que pagariam mais por uma marca que ofereça proteção adicional, segundo o Relatório de Identidade Digital e Fraude 2025, da Serasa Experian.

Outro fator que impulsiona o crescimento desse tipo de seguro é o uso cres-

cente de métodos de pagamento instantâneos, alvo frequente de fraudes. No Brasil, por exemplo, o número de golpes envolvendo o sistema de transferências instantâneas Pix aumentou drasticamente, levando ao surgimento de modalidades como o “Seguro Pix”, que cobre prejuízos caso a transação seja feita indevidamente.

Além da proteção financeira direta, aderir a um seguro de compras online traz tranquilidade para quem compra, principalmente em um ambiente onde a confiança pode ser abalada por experiências negativas como atraso, extravio ou roubo de mercadorias. Por outro lado, também é indicado que o consumidor mantenha boas práticas de segurança digital: verificar se o site tem certificado de segurança (co-



TELETRABALHO

mo “HTTPS” e o cadeado no navegador), evitar redes Wi-Fi públicas, manter o dispositivo atualizado e usar métodos de pagamento confiáveis.

Para muitos, o seguro digital representa uma nova camada de segurança — quase uma “rede de proteção” quando o risco de golpes e transtornos no comércio eletrônico é tão real quanto a praticidade da compra com poucos cliques. Em tempos em que 48% dos consumidores já desistiram de uma compra por falta de confiança no site ou app, e muitos reconhecem a importância de medidas adicionais de segurança, a compra protegida se consolida como alternativa para quem quer comprar online sem abrir mão da tranquilidade.

GOLPISTA DOENTINHO

Moraes manda Heleno passar por perícia médica em 15 dias

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Augusto Heleno (**foto**) passe por uma perícia médica. O trabalho deverá ser realizado por peritos da Polícia Federal (PF), em 15 dias.

Condenado a 21 anos de prisão na ação penal da trama golpista, Heleno está preso desde 25 de novembro, quando iniciou o cumprimento da pena. Ele está custodiado em uma sala do Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília.

A decisão do ministro foi tomada após a defesa negar que Heleno apresente diagnóstico de Alzheimer desde 2018, quando integrava o governo de Jair Bolsonaro. Segundo a defesa, o diagnóstico foi feito no início de 2025.

A controvérsia ocorreu porque o general teria dito que começou a apresentar o problema cognitivo em 2018. O relato ocorreu durante o exame de corpo de delito antes de iniciar o cumprimento da pena.

A questão da saúde do gene-



LULA MARQUES/ABRASIL

ral veio à tona após a defesa pedir que o militar cumpra prisão domiciliar humanitária. Segundo os advogados, o general tem 78 anos e graves problemas de saúde.

"Determino a elaboração de laudo pericial por peritos médicos da Polícia Federal, no prazo de 15 dias, com a realização de avaliação clínica completa, inclusive o his-

tórico médico, exames e avaliações de laboratório, como a função tireoidiana e níveis de vitamina B12, neurológicos e neuropsicológicos, incluindo, se necessário for, exames de imagem como ressonância magnética e PET, além do que entenderem necessário para verificação do estado de saúde do réu", decidiu o ministro.

DEFESA

No último sábado, Moraes pediu que a defesa esclarecesse as condições de saúde de Heleno. Segundo o ministro, os advogados não informaram durante a tramitação do processo da trama golpista que o militar apresenta quadro de Alzheimer.

Caberá ao ministro autorizar ou não a prisão domiciliar. Não há prazo para decisão.

FUGINDO DA 1ª TURMA

Defesa de Braga Netto recorre ao plenário do STF contra condenação

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A defesa do general Braga Netto apresentou ontem recurso ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a execução da condenação do militar na ação penal da trama golpista.

Condenado a 26 anos de prisão, o general está custodiado nas instalações da Vila Militar, no Rio de Janeiro. Ele é ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro e foi candidato a vice-presidente na chapa na qual o ex-presidente tentou a reeleição em 2022.

No recurso, a defesa voltou a pedir a absolvição de Braga Net-

to e questionou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que, na semana passada, rejeitou os últimos recursos e determinou a execução da pena.

Segundo os advogados, o entendimento de que os chamados embargos infringentes dependem de dois votos pela absolvição para serem analisados nas turmas do Supremo não está previsto no regimento interno, embora seja aplicado com base na jurisprudência da Corte.

"O regimento interno desse Supremo Tribunal Federal não faz qualquer referência à quantidade mínima de votos divergentes para cabimento de em-

bargos infringentes contra decisão da turma, preconizando apenas que cabem embargos infringentes à decisão não unânime do plenário ou da turma", disse a defesa.

Pelo entendimento de Moraes, para conseguir que o caso fosse julgado novamente, Braga Netto precisava obter pelo menos dois votos pela absolvição, ou seja, placar mínimo de 3 votos a 2 no julgamento realizado no dia 11 de setembro e que condenou os acusados do Núcleo 1, do qual o general faz parte. No entanto, o militar foi condenado por unanimidade.

A defesa também insistiu na

tese de que Braga Netto não teve ligação com a trama golpista – que pretendia manter Jair Bolsonaro na presidência mesmo tendo sido derrotado nas urnas.

"Os supostos fatos criminosos imputados ao gen. Braga Netto no âmbito da Pet. 12.100/DF ocorreram no período de julho de 2022 a dezembro de 2022. Ou seja, período em que o ora agravante já não exercia o cargo público que lhe conferia prerrogativa de foro", concluiu a defesa.

Cabe ao ministro Alexandre de Moraes decidir se o recurso será julgado pelo plenário da Corte.

AIDS

Brasil celebra avanços no Dia Mundial de Luta contra o HIV

DANIELLA ALMEIDA /ABRASIL

Primeiro de dezembro marca o Dia Mundial de Luta contra o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV, sigla em inglês) e o início do Dezembro Vermelho, mês de conscientização sobre HIV e aids.

Ações realizadas em diversas partes do mundo têm o objetivo de combater a desinformação e a discriminação e, também, reforçar os cuidados com a saúde da população.

Em mensagem postada nas redes sociais, o secretário-geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), António Guterres, alertou que, pela primeira vez em muitos anos, décadas de progresso estão em risco devido à interrupção de programas essenciais, cortes no financiamento internacional, redução do apoio comunitário e leis punitivas que limitam o acesso aos cuidados em muitos países, sobretudo para populações vulneráveis.

"Acabar com a aids significa empoderar comunidades, investir em prevenção e ampliar o acesso ao tratamento para todas as pessoas."

“Este Dia Mundial de Luta

contra a aids nos lembra que temos o poder de transformar vidas e futuros e acabar com a epidemia da aids de uma vez por todas”, acrescentou o secretário-geral.

Atualmente, 40,8 milhões de pessoas vivem com HIV em todo o mundo. Em 2024, dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaids) indicam 1,3 milhão de novas infecções ocorreram e 9,2 milhões de pessoas ainda não têm acesso ao tratamento.

BRASIL

O Boletim Epidemiológico – HIV e Aids (2024) do Ministério da Saúde aponta que, desde 1980 até 2024, o Brasil contabilizou 1.165.599 casos de infecção, com uma média anual de 36 mil novos casos nos últimos cinco anos.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, lembrou de conquistas do governo brasileiro no combate ao vírus.

“O Brasil tem muita a celebrar hoje com a redução da mortalidade, com a eliminação da transmissão vertical, como problema de saúde pública. Graças ao SUS [Sistema Único de Saúde], graças ao nosso Programa Nacional de

Combate à aids.”

Apesar dos avanços, o ministro admite que a data também serve para alertar e para enfrentar as desigualdades no acesso universal à prevenção e ao cuidado contínuo.

“Tem muita coisa para alertar ainda, muito para melhorar, para cuidar das pessoas, no acesso à saúde, no combate ao estigma, na prevenção”, publicou em sua rede social.

95-95-95

O Brasil é signatário da proposta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de eliminação da aids como problema de saúde pública até 2030.

O país tem as metas de diagnosticar 95% das pessoas vivendo com HIV e/ou aids, tratar 95% das pessoas diagnosticadas e ter, pelo menos, 95% dessas pessoas em tratamento, com carga viral suprimida (abaixo de 1.000 cópias/mL), até 2030.

Além desses objetivos, dois outros também foram pactuados: reduzir, até 2030, a taxa de incidência de HIV e o número de óbitos por aids em 90%, em comparação com os índices de 2010.

HIV/AIDS EM NÚMEROS

A taxa de detecção de aids foi de 17,8 casos por 100 mil habitantes, com maiores taxas entre indivíduos de 25 a 34 anos, enquanto a principal via de transmissão permanece sendo a sexual (75,3%), em indivíduos com 13 anos ou mais de idade.

A maior concentração dos casos de aids no Brasil, no período de 1980 a junho de 2024, foi observada nos indivíduos com idade entre 25 e 39 anos, com predomínio no sexo masculino (68,4%).

A faixa etária acima de 60 anos apresentou aumento de 33,9% no número de casos quando comparados os anos de 2015 e 2023 (de 2.216 para 2.968 casos).

Especificamente em 2023, o documento brasileiro informa que foram notificados 46.495 casos de infecção pelo HIV no Brasil, representando um aumento de 4,5% em relação ao ano anterior.

Desses casos, 63,2% eram de pessoas autodeclaradas negras (49,7% de pardos e 13,5% de pretos), e 53,6% dos casos ocorreram em homens que fazem sexo com homens (HSH).

HABILITAÇÃO

Contran aprova fim de exigência de autoescola para CNH

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou, ontem, a resolução que muda o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A principal mudança é o fim da obrigatoriedade de frequentar aulas de autoescola na preparação para os exames teórico e prático dos departamentos de Trânsito (Detrans).

Com isso, o custo para tirar o documento, que hoje chega a R\$ 5 mil, poderá cair em 80%.

Após passar por consulta pública, o texto proposto pelo Ministério dos Transportes foi aprovado por unanimidade pelo Contran e entrará em vigor assim que for publicada no Diário Oficial da União.

De acordo com a pasta, o objetivo das mudanças é modernizar o processo de obtenção da CNH e tornar o documento mais acessível e barato para a população, especialmente nas categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio). Segundo dados da Secretaria Nacional de Trânsito, 20 milhões de brasileiros já dirigem sem habilitação e mais 30 milhões têm idade para ter a CNH mas não possuem o documento.

Além de tornar o trânsito mais seguro, o ministro dos Transportes, Renan Filho, argumenta que a proposta também busca promover a inclusão produtiva.

“O Brasil tem milhões de pessoas que querem dirigir, mas não conseguem pagar. Baratear e desburocratizar a obtenção da CNH é uma política pública de inclusão produtiva, porque habilitação significa trabalho, renda e autonomia. Estamos modernizando o sistema, ampliando o acesso e mantendo toda a segurança necessária”, afirmou, em comunicado.

A resolução prevê que o candidato possa escolher diferentes formas de se preparar para os exames teórico e prático, que continuarão obrigatórios para a emissão da CNH. Ainda segundo Renan Filho, são esses exa-

mes que atestam se o condutor está devidamente capacitado para dirigir.

“O novo modelo segue padrões internacionais adotados por países como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, onde o foco é a avaliação, não a quantidade de aulas”, explicou.

O QUE MUDA

A abertura do processo para tirar a CNH poderá ser feita diretamente pelo site do Ministério dos Transportes ou por meio da Carteira Digital de Trânsito (CDT). O cidadão ainda precisará comparecer presencialmente a etapas como coleta biométrica e exame médico.

A resolução prevê curso teórico gratuito e digital. O ministério disponibilizará o conteúdo online sem custos para o candidato mas, quem preferir, poderá estudar presencialmente em autoescolas ou instituições credenciadas.

Também haverá flexibilização das aulas práticas e abertura para instrutores credenciados pelos Detrans, aumentando as opções para o cidadão. O novo modelo retira a exigência de 20 horas-aula práticas. Agora, a carga horária mínima será de duas horas.

O candidato poderá escolher como fará sua preparação: contratando um centro de formação de condutores tradicional ou um instrutor autônomo. Nenhum profissional poderá atuar sem credenciamento oficial: todos passarão por fiscalização pelos órgãos estaduais, deverão cumprir requisitos padronizados nacionalmente e serão identificados digitalmente na CDT.

O texto também prevê a facilitação dos processos de obtenção da CNH para as categorias C (veículos de carga, como caminhões), D (transporte de passageiros, como ônibus) e E (carretas e veículos articulados) permitindo mais opções de formação, com o objetivo de tornar o processo mais ágil e menos burocrático.

MESSIAS

Ministro: atrito entre governo e Senado por indicação é ‘pontual’

BRUNA ROCHA/AE

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, comentou o atrito entre o governo federal e o Congresso Nacional em relação à indicação realizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) do advogado-geral da União, Jorge Messias, para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro avaliou que o desentendimento é "pontual" e que, em breve, será solucionado.

"Eu acredito sempre no diálogo, na busca pelos problemas reais da sociedade. (...) Dialogar para construir maioria nas casas parlamentares é extremamente natural, e qualquer estresse que seja pontual, eu tenho absoluta convicção de que será resolvido para o bem do Brasil", afirmou o ministro.

"Quem sabe a hora de o presidente Lula entrar em qualquer discussão é o presidente Lula, que teve 60 milhões de votos no Brasil, que é o líder dessa Nação, que tem uma responsabilidade e uma experiência tremenda no trato com a coisa pública e na relação democrática com o Parlamento Nacional", completou.

A indicação de Jorge Messias para o Supremo ocorreu no contexto da aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso. O ato gerou descontentamento no presidente do Senado Federa-

ral, Davi Alcolumbre, que tinha preferência pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O conflito foi intensificado neste domingo, 30, quando Alcolumbre acusou setores do Executivo de tentar interferir em sabatina de Messias.

Para o ministro de Minas e Energia, que também foi companheiro de partido de Pacheco antes de assumir o cargo na Presidência, a escolha de Messias não os afastou, e ele segue disposto a apoiar uma possível candidatura de Pacheco ao governo mineiro.

"Se o ex-presidente e amigo Rodrigo Pacheco for candidato a governador de Minas, eu já deixei público que o apoiarei com todo entusiasmo, até porque reconheço seu valor como homem público, alguém que prestou relevantes serviços à sociedade brasileira, na defesa da democracia e dos valores republicanos", concluiu.

Contudo, em outras oportunidades Pacheco já havia sinalizado que não pretendia disputar novas eleições.

"Eu nunca pensei em me eternizar na política. Há, inclusive, muitos pronunciamentos meus, desde quando entrei e deixei a advocacia, nos quais eu dizia que tinha uma data de entrada e também uma data de saída da política", afirmou Pacheco a jornalistas.

MATANÇA

MP denuncia irregularidades em Operação Contenção

ANNA KARINA DE CARVALHO/ABRASIL

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) apresentou duas denúncias contra seis policiais militares do Batalhão de Choque por peculato e furto qualificado durante a Operação Contenção, feita em 28 de outubro de 2025 no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro. As acusações se baseiam na análise de vídeos captados pelas câmeras operacionais portáteis.

A denúncia foi feita no sábado passada. baseada em imagens analisadas pela 1ª Promotoria de Justiça junto à Auditoria Militar que mostram o 3º sargento Marcos Vinicius Pereira Silva Vieira recolhendo um fuzil semelhante a um AK-47 em uma residência onde cerca de 25 homens já estavam rendidos. Em vez de encaminhar a arma ao grupo responsável pela contabilização do material apreendido, ele se afasta do local.

Momentos depois, Vieira encontra o 3º sargento Charles William Gomes dos Santos. Os dois colocam o fuzil dentro de uma mochila e deixam de registrá-lo entre os itens apreendidos. A denúncia por peculato foi protocolada na sexta-feira passada.

Na mesma operação, outra denúncia foi apresentada pela 2ª Promotoria de Justiça na Auditoria Militar. Segundo o Ministério Público, o subtenente Marcelo Luiz do Amaral, o sargento Eduardo de Oliveira Coutinho e outros dois policiais desmontaram um veículo Fiat Toro estacionado na Vila Cruzeiro.

As câmeras registram o sargento Coutinho, retirando o tampão do motor, farol e as capas dos retrovisores. Amaral e outro policial garantem con-

dições para o furto, inclusive tentando impedir o funcionamento das câmeras corporais. Outro agente, identificado como Machado, presencia toda a ação e não intervém. A denúncia foi apresentada no sábado passado.

Nos dois casos, o MPRJ identificou tentativas de manipulação das câmeras corporais por parte dos policiais denunciados. O Termo de Análise de Vídeo indica ações como cobertura das lentes, alteração do ângulo de gravação e tentativa de desligamento dos equipamentos, o que contraria os protocolos oficiais e prejudica a produção de provas.

Segundo o MP, essas práticas comprometem o registro das atividades policiais e interferem no controle interno e externo do uso da força.

As Promotorias de Justiça junto à Auditoria Militar seguem analisando todas as imagens captadas durante a Operação Contenção, que somam dezenas de horas de gravação. O objetivo é identificar outras possíveis irregularidades e eventuais violações ao uso das câmeras.

O Ministério o Público agora aguarda que a Justiça Militar receba as denúncias de divulgação em nota que continua investigando se os episódios são pontuais ou se integram um conjunto mais amplo de práticas semelhantes em operações de grande porte no estado.

MEGAOPERAÇÃO

Considerada a operação mais letal do Rio de Janeiro dos últimos anos, a Operação Contenção tinha como objetivo, segundo a Segurança Pública do Rio de Janeiro, conter os avanços do Comando Vermelho. Foram mortas 122 pessoas, entre as quais, 5 policiais.

ÁSIA

Mil morrem e centenas desaparecem em inundações

O número de mortos nas inundações que atingiram o sudoeste da Ásia subiu para mais de 1,1 mil ontem, de acordo com autoridades locais. Mais de 800 pessoas seguem desaparecidas.

Até a última atualização, a Indonésia havia registrado 604 mortes; o Sri Lanka, 366; a Tailândia, 176, e a Malásia, duas. As chuvas foram causadas por diferentes fenômenos climáticos desde a semana passada.

INDONÉSIA

Além de 604 mortos, a Indonésia também registra pelo menos 464 desaparecidos. Nas províncias de Sumatra do Norte, Sumatra Ocidental e Achém, na ilha de Sumatra, já são mais de 290 mil desabrigados, segundo a Agência Nacional de Gestão de Desastres

Algumas áreas do país ainda estão isoladas, devido a estradas danificadas por lama e destroços e linhas de comunicação in-

terrompidas. Nessas regiões, a entrega de suprimentos para os moradores só pode ser realizada com a ajuda de aeronaves.

"A água chegou até o meu pescoço", disse Misbahul Munir, morador de Achém do Norte, no extremo norte de Sumatra. "A água subiu a cerca de dois metros. Todos os móveis foram destruídos. Só me restaram as roupas do corpo."

O presidente da Indonésia, Prabowo Subianto, prometeu reconstruir a infraestrutura durante sua visita às áreas afetadas e pediu mais ações para enfrentar as mudanças climáticas.

"Precisamos enfrentar as mudanças climáticas de forma eficaz", disse Prabowo. "Os governos locais devem assumir um papel significativo na proteção do meio ambiente e na preparação para as condições climáticas extremas que surgirão em decorrência das mudanças climáticas futuras."

Ele também anunciou o en-

vio de aeronaves e helicópteros, além dos três navios militares já enviados para as áreas mais afetadas. Prabowo enfrenta uma pressão para decretar estado de emergência em meio ao desastre natural mais mortal do país desde o terremoto e tsunami de 2018, que deixou mais de dois mil mortos.

SRI LANKA

No Sri Lanka, ainda há 367 desaparecidos, além dos 366 mortos. Cerca de 218 mil pessoas estão em abrigos temporários. O país utilizou helicópteros militares para alcançar pessoas isoladas por inundações e deslizamentos de terra e pediu ajuda internacional.

As autoridades locais indicaram que ainda avaliam a extensão dos danos na região central do país, que foi a mais atingida. O presidente do Sri Lanka, Anura Kumara Dissanayake, declarou estado de emergência e afirmou que este é "o maior e mais

difícil desastre natural" da história do país.

As perdas e os danos são os mais graves no Sri Lanka desde o tsunami que atingiu a Ásia em 2004, matou aproximadamente 31 mil pessoas e deixou mais de um milhão de desabrigados.

TAILÂNDIA

Na Tailândia, os primeiros pagamentos de indenização devem ser distribuídos nesta segunda, a começar com US\$ 7,4 milhões para 26 mil pessoas, disse o porta-voz do governo tailandês, Siripong Angkasakulkiat.

Ele afirmou que as autoridades locais estavam trabalhando para restabelecer a infraestrutura, incluindo água e eletricidade, no sul do país, onde graves inundações afetaram 3,9 milhões de pessoas. A população, no entanto, criticou a resposta às enchentes e dois funcionários públicos foram suspensos por sua atuação inadequada.

PROCURANDO GUERRA

Trump terá reunião com equipe de Segurança Nacional sobre Venezuela

THAIS PORSCH/AE

A secretária de Imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, afirmou que o o ditador dos EUA, Donald Trump, realizará uma reunião com sua equipe de Segurança Nacional sobre Venezuela hoje.

No sábado, Trump disse, em postagem em rede social, que o espaço aéreo da Venezuela está

fechado, aumentando as tensões com o governo de Nicolás Maduro.

Sobre a guerra da Ucrânia, Leavitt apontou, em coletiva de imprensa nesta segunda-feira, que os EUA tiveram "conversas muito boas com ucranianos na Flórida", sem oferecer mais detalhes.

Nesta terça-feira, o presidente russo, Vladimir Putin, e o enviado especial da Casa Branca,

Steve Witkoff, se encontrarão em Moscou

A secretária ainda defendeu o posicionamento de Trump sobre conceder um indulto ao ex-presidente hondurenho Juan Orlando Hernández (2014-2022), condenado por narcotráfico pela Justiça americana, afirmando que houve uma medida orquestrada dentro de Honduras pela esquerda para tirá-lo do poder.

O debate ocorre em meio à presença militar americana no Caribe e no Pacífico, em operações que Washington afirma ter como foco o combate ao tráfico de drogas.

A respeito da saúde do presidente norte-americano, a secretária enfatizou que a ressonância magnética feita recentemente por Trump mostrou "excelente saúde".

Paes defende Lula e critica 'jogo de empurra' de Castro após megaoperação

BRUNA ROCHA/AE

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD) (**foto**), saiu em defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e criticou a atuação do governador Cláudio Castro (PL) nas ações adotadas durante a megaoperação na capital fluminense, que deixou mais de 100 mortos. Segundo Paes, a segurança pública é uma responsabilidade do Estado e há um "jogo de empurra absolutamente ridículo".

"Se a segurança vai mal, a culpa é do governador do Rio e dos outros estados do país. O que está sendo feito é um jogo de empurra, é absolutamente ridículo. É óbvio que o governo federal e os municípios podem auxiliar, mas a responsabilidade de quem detém o controle do sistema de segurança pública são os governos estaduais. Esse debate precisa ficar claro. O jogo de empurrar tem que ser superado", afirmou Paes durante fórum empresarial do grupo Esfera.

Paes, que é pré-candidato ao governo do Rio em 2026 contra o grupo de Cláudio Castro, também defendeu a postura do governo federal diante das cobranças realizadas. A megaoperação deixou 122 mortos, entre eles cinco policiais militares do Batalhão de Choque do Rio.

"Todo mundo aqui sabe que eu sou aliado do presidente Lula. Ouvi muito que ele é presidente do Brasil inteiro, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Santa Catarina. Por que só no Rio a culpa é dele? Ele não tem responsabilidade sobre os



TOMAZ SILVA/ABRASIL

bons números de segurança pública em Santa Catarina? Ele pediu ao governador Jorginho Mello para cumprir com as obrigações dele. A Polícia Federal não é a mesma que atua no Rio?", questionou o prefeito.

A operação ocorreu nas primeiras horas do dia 28 de outubro, nos complexos da Penha e do Alemão. Com os efeitos da megaoperação, houve atritos entre as gestões federal e estadual. Castro alegou não ter recebido ajuda da União para a ação. Em resposta, o ministro da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou não ter recebido nenhum pedido de apoio. O governador, então, recuou e disse ter sido "mal interpretado".

A situação também motivou a ida do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, ao Rio de Janeiro para acompanhar a operação. Outro efeito sentido foi a movimentação do Congresso e do governo Lula em torno de projetos de segurança pública com foco nas eleições de 2026.

Trump deu ultimato para Maduro deixar o poder na Venezuela 'imediatamente'

O ditador dos Estados Unidos, Donald Trump, pediu que o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, deixasse o país imediatamente em uma ligação entre os dois líderes, de acordo com informações do jornal americano Miami Herald.

A ligação, que ocorreu na semana passada, foi intermediada por Brasil, Catar e Turquia. Durante a conversa, Trump foi direto ao ponto e garantiu que Maduro, sua esposa Cilia Flores e seu filho poderiam partir para o exílio, mas ele teria que renunciar e permitir o retorno da democracia no país.

De acordo com o jornal da Flórida, a ligação foi vista como o último esforço de evitar um confronto direto entre Caracas e Washington.

A conversa ocorreu em meio a sinais crescentes de que o governo Trump está preparando operações militares dentro da Venezuela. Washington denominou o Cartel de los Soles como uma organização terrorista e acusou Maduro de liderar o esquema.

Na quinta-feira passada, Trump afirmou que os esforços contra traficantes de drogas venezuelanos "por terra" começarão "muito em breve", o que aumentou ainda mais as tensões com Caracas, que alega que a campanha antidrogas americana tem como objetivo na verdade a derrubada do ditador Nicolás Maduro.

"Quase paramos (o narcotráfico). Cerca de 85% do trânsito por via marítima foi interrompido", disse Trump em uma videochamada de Ação de Graças para as tropas americanas de sua residência em Mar-a-Lago, na Flórida.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

NEGOCIAÇÃO

Segundo o Miami Herald, as conversas não foram para frente por conta de três pontos-chave que Caracas e Washington não conseguiram concordar.

Primeiro, Maduro pediu "anistia global" por quaisquer crimes que ele e seu grupo político tenham cometido. Trump rejeitou a proposta.

Depois, o regime chavista sugeriu que poderia permitir eleições livres na Venezuela em troca de reter o controle das Forças Armadas do país. Washington também negou.

Por fim, as partes discordaram sobre o prazo para a saída de Maduro do poder. Trump queria que o ditador partisse para o exílio imediatamente, mas ele teria recusado.

Vários países foram ventilados como possíveis locais de exílio para Maduro, como Cuba,

Irã, Rússia e Turquia.

ESPAÇO AÉREO

Depois da conversa com Maduro, Trump anunciou no sábado passado, que companhias aéreas e pilotos deveriam considerar o espaço aéreo da Venezuela totalmente fechado. O aviso foi feito em uma publicação na rede social Truth Social.

"A todas as companhias aéreas, pilotos, traficantes de drogas e traficantes de pessoas, por favor considerem o fechamento completo do espaço aéreo acima e ao redor da Venezuela. Obrigado pela atenção a este assunto!", escreveu Trump.

Segundo o Miami Herald, o regime chavista tentou organizar outra ligação com Washington depois do anúncio de Trump, mas não obteve resposta.

LIGAÇÃO

A ligação entre Trump e Maduro foi noticiada pelo jornal americano The New York Times na sexta-feira passada. No domingo passado, o republicano confirmou a conversa a repórteres a bordo do Air Force One durante uma viagem de retorno a Washington depois de passar o feriado do Dia de Ação de Graças na Flórida.

"Eu não quero comentar sobre isso. A resposta é sim", afirmou ele à imprensa, segundo informações da CNN. "Não diria que [a ligação] foi bem ou mal... foi apenas uma chamada telefônica", completou, ainda de acordo com a rede de televisão.

O jornal informou que o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, um dos principais críticos do regime ditatorial de Maduro, também participou da chamada.